



SITUAÇÃO DO EMPREGO EM PORTUGAL 2012

Deolinda Machado
Comissão Executiva da CGTP-IN

A taxa de desemprego foi de 15,9% em Agosto de 2012, segundo o Eurostat, o que corresponde a um desemprego real de 1 milhão 393 mil desempregados (juntando os inactivos disponíveis e indisponíveis, e o subemprego dos trabalhadores a tempo parcial, calculados no 2º trimestre pelo INE). Isto num país em que a população total é de 10 milhões de habitantes e a população activa de 5,5 milhões. Entre os menores de 25 anos a taxa de desemprego oficial foi de 35,9%. Qualquer dos indicadores aumentou em relação ao ano passado.

A protecção social no desemprego chega a cada vez menos desempregados. Neste momento apenas um quarto dos desempregados têm uma prestação no desemprego e o Governo quer diminuir o tempo máximo de atribuição do subsídio de desemprego e novamente o valor do subsídio de desemprego (1).

A precariedade do emprego continua elevada: mais de 20% em termos oficiais mas seguramente atingindo uma percentagem superior com o falso trabalho independente que a inspecção do trabalho não fiscaliza. A precariedade tinge sobretudo os mais jovens (mais de 50%).

Esta situação tenderá a piorar caso a proposta de Orçamento de Estado para 2013 não for travada. Na "melhor" das hipóteses Portugal terá uma recessão de 1% e uma taxa de desemprego (oficial) 16,4%, mas estes indicadores deverão ser na realidade piores, uma vez que o cenário macroeconómico do Governo subavalia a situação, não tendo credibilidade.

Estamos perante um nível massivo de destruição de emprego. No final do terceiro ano do programa da Troica e do Governo, Portugal terá menos 428 mil empregos do que tinha. Esta impressionante destruição de emprego evidencia o debilitamento da actividade produtiva que não é apenas expresso na taxa de desemprego mas também por outros indicadores, incluindo o retorno da emigração em massa.

Está também em marcha uma política deliberada de abaixamento de salários. Na Administração Pública com sucessivos cortes e confiscos de subsídios; no sector privado com a não publicação das portarias de extensão e o bloqueamento da contratação colectiva por parte do patronato; na protecção social, com cortes aos valores do subsídio de desemprego; na política de emprego, com a implementação de medidas que promovem a precariedade e os baixos salários, ao mesmo tempo que os serviços de emprego promovem a oferta de emprego com baixos salários e contratos precários.

As remunerações nominais têm uma forte quebra, a qual reflecte quer a diminuição do salário real quer a contracção do volume de emprego. O próprio salário mínimo tem uma diminuição do poder de compra de 1,5% em 2011 e de 2,7% este ano.

Em suma, a situação do emprego é muito grave e tem piorado com as políticas de "austeridade" que têm sido postas em prática pelo Governo português em acordo com a União Europeia e FMI.

(1) Proposta em apreciação que visa diminuir o valor mínimo do subsídio de desemprego em 10%, ficando o mínimo em 377 euros, abaixo do limiar da pobreza (421 euros)

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

Por tudo isto, temos razões de sobra para prosseguir a luta contra a exploração e o empobrecimento, por um Portugal com futuro. Por isso a CGTP-IN convocou uma greve geral para o dia 14 de Novembro, dia em que a CES convocou também uma Jornada Europeia de Acção e Solidariedade.



Muito obrigada.